



## Interpelação Escrita

Em 2009, o Governo da RAEM iniciou o levantamento da situação sobre o desaproveitamento de terrenos e analisou 113 terrenos concedidos e desaproveitados, que não tinham sido desenvolvidos nos termos contratuais. Porém, vários anos depois daquelas análises, apenas foi feito o estudo sobre a recuperação de 48 terrenos. Segundo as informações, que sucessivamente foram divulgadas em 2015, foi dado início ao processo de recuperação de alguns, enquanto outros foram “deixados em paz”. Mas há ainda 9 terrenos desaproveitados cuja recuperação devia ser estudada, mas que continuam colocados na “caixa negra”, sem se iniciar o processo da sua recuperação! Nos últimos dias, tem havido cidadãos a apresentar as suas reflexões, junto de deputados à Assembleia Legislativa, suspeitando de um eventual conluio entre o Governo e empresários no sentido de arrastar a recuperação de terrenos. Segundo as advertências dos cidadãos, quanto aos terrenos desaproveitados de grande dimensão e com condições viárias e ambientais para a construção de habitação, a sua recuperação é de relevante interesse público. Por exemplo, se for recuperado aquele terreno do antigo projecto chamado parque temático do mundo oceânico, com uma área de cerca de 130 mil m<sup>2</sup>, o qual foi concedido antes da transferência e continua, até ao momento, desaproveitado, será possível a construção de 20 mil fracções de habitação pública. Há até cidadãos que duvidam do seguinte: em relação aos terrenos desaproveitados a que não foi dada, depois dos respectivos estudos, razão justificativa para



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

serem “deixados em paz”, se se continuar a colocá-los na “caixa negra” sem se tomar nenhuma decisão, trata-se do desperdício de recursos e do sacrifício do interesse público. Isto até leva a que as pessoas suspeitem da existência de conluio entre o Governo e empresários para tráfico de interesses em momento oportuno!

Assim sendo, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. Relativamente aos terrenos integrados na lista dos 48 casos em que a conclusão do aproveitamento de terrenos não foi possível dentro do prazo, decidiu-se recuperar uma parte e “deixar em paz” uma parte, entretanto, ainda há 9 terrenos “em tratamento”, incluindo terrenos desaproveitados para fim não industrial e com uma área superior a 200 mil m<sup>2</sup>, sobre os quais, supostamente, será possível planear a construção de muito mais do que 20 mil fracções de habitação pública. Em relação a esses terrenos desaproveitados e “em tratamento”, após 6 anos de estudos, designadamente, entre o ano de 2010 até ao momento, ainda não foi dada razão justificativa para serem “deixados em paz”?
2. Segundo as dúvidas levantadas por parte dos cidadãos, na prática, a recuperação de terrenos, levada a cabo pelo Governo, suscitará, inevitavelmente, litígios. Mas se este tivesse tido, aquando do início do levantamento da situação sobre o desaproveitamento dos terrenos, a



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

determinação de iniciar, de imediato, o processo de recuperação, já estariam terminados os processos judiciais referentes aos terrenos que actualmente se arrastam em litígio, desde que a decisão do Governo em recuperá-los tivesse sido lícita, assim como resistente ao exame de apreciação judicial. Assim, de forma sucessiva, estes terrenos viriam a ser submetidos a planeamento e a construção, com vista ao interesse público, disponibilizando, inclusivamente, habitação pública! Quanto aos terrenos desaproveitados a que não foi dada, mediante os respectivos estudos, razão justificativa para serem “deixados em paz”, neste momento há que dar início, sem hesitação, ao processo de recuperação (mesmo havendo litígios, estes poderão ser resolvidos, com brevidade, via processos judiciais), sem continuar com os eternos estudos, o que leva ao desperdício dos recursos de solos e ao sacrifício do interesse público. O Governo concorda com isto?

25 de Janeiro de 2016

**O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM,**

**Ng Kuok Cheong**